



MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA - PE.
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ.		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2013	81,17	0,00	0,00	31,17	0,00	0,00	50,00
EXERCÍCIO 2014	85.622,60	0,00	0,00	7.977,57	0,00	0,00	77.645,03
EXERCÍCIO 2015	235.759,89	0,00	157.120,77	33,31	0,00	0,00	78.605,81
EXERCÍCIO 2016	1.234.019,59	0,00	380.333,95	394.007,26	0,00	0,00	459.678,38
EXERCÍCIO 2017	7.247,28	0,00	0,00	5.597,28	0,00	0,00	1.650,00
EXERCÍCIO 2018	64.409,31	0,00	0,00	52.565,42	0,00	0,00	11.843,89
EXERCÍCIO 2019	136.457,93	0,00	62.502,78	31.185,01	0,00	0,00	42.770,14
EXERCÍCIO 2020	721.163,74	0,00	415.128,25	229.589,04	0,00	0,00	76.446,45
EXERCÍCIO 2021	0,00	641.842,50	0,00	0,00	0,00	0,00	641.842,50
Sub-total	2.484.761,51	641.842,50	1.015.085,75	720.986,06	0,00	0,00	1.390.532,20
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2014	19,70	0,00	0,00	10,70	0,00	0,00	9,00
EXERCÍCIO 2015	27.750,00	0,00	0,00	27.750,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	3.287,70	0,00	0,00	3.287,70	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	38.030,00	0,00	0,00	38.030,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2020	7.650,00	0,00	4.800,00	2.850,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2021	0,00	43.863,74	0,00	0,00	0,00	0,00	43.863,74
Sub-total	76.737,40	43.863,74	4.800,00	71.928,40	0,00	0,00	43.872,74
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR							
JUROS DE CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	0,00	25.007,16	25.007,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	0,00	25.007,16	25.007,16	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	54.256,15	3.255.159,51	1.029.799,74	2.199.512,86	0,00	0,00	80.103,06
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	212.727,54	1.999.435,18	735.853,42	1.331.174,60	0,00	0,00	145.134,70
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	760.861,44	973.869,10	1.645.191,27	89.472,09	0,00	0,00	67,18
ISS	405.401,68	124.773,60	530.035,28	0,00	0,00	0,00	140,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	3.940,46	27.600,93	27.600,93	0,00	0,00	0,00	3.940,46
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	39.779,36	49.972,95	46.543,41	3.386,54	0,00	0,00	39.822,36
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	473,04	66.468,10	55.382,30	11.191,80	0,00	0,00	367,04
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-5.436,85	963.656,43	939.776,18	7.283,55	0,00	0,00	11.159,85
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	282.979,41	2.066,59	93.596,91	545,52	0,00	0,00	190.903,57
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	4.727,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.727,50
Sub-total	1.759.709,73	7.463.002,39	5.103.779,44	3.642.566,96	0,00	0,00	476.365,72





MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA - PE.
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
TOTAL	4.321.208,64	8.173.715,79	6.148.672,35	4.435.481,42	0,00	0,00	1.910.770,66



RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021.
NOTAS EXPLICATIVAS
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL 4320/64.
MCASP - 8ª Edição.



Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO GILDEVAN COELHO MELO, MARLEIDE INGRACIA DE CASTRO RIBEIRO, RIVALDINO REIS DE BARROS, GLEIDIANE DE SOUZA SANTOS, CLERISTON FERREIRA COSTA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 7bb7f7f45-2218-4f0d-a491-4aa272e0d86e

INFORMAÇÕES GERAIS:

a) Nome do Órgão ou Entidade:

Município de Santa Filomena

b) Natureza Jurídica (conforme código da RBF):

124-4 – Município

CNPJ:

01.613.732/0001-10

c) Domicílio do Órgão ou Entidade:

Rua Genésio Marinho Falcão s/n, Centro, Santa Filomena PE, CEP: 56.210-000.

d) Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade.

A Prefeitura Municipal de Santa Filomena tem sua natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 124-4 – Município e possui como atividade principal a Administração Pública em Geral com código 84.11-6-00. O Município tem por natureza arrecadar os tributos de sua competência, receber as transferências voluntárias, constitucionais e legais, classificadas de receitas correntes e as transferências recebidas do Governo Federal e Estadual para realização de investimentos, classificados como receita de capital. Esses recursos são utilizados na prestação de serviços e investimentos de infraestrutura de maneira a melhorar a qualidade de vida dos munícipes; A Câmara de Vereadores se mantém através de transferências financeiras feitas pelo município até o dia 20 de cada mês chamado de “Duodécimos”.

e) Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

Este demonstrativo contábil atende a estrutura apresentada na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portarias Conjuntas: STN/SOF nº 06/2018, STN/SOF nº 07/2018 e Portaria STN nº 877/2018, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art.50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

f) Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo os poderes:

A consolidação deste balanço abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, conforme relação a seguir:

- a. Poder Executivo:
 - i. Prefeitura Municipal de Santa Filomena, nele incluído o CISAPE;
 - ii. Fundo Municipal de Assistência Social, nele incluído as políticas dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - iii. Fundo Municipal de Saúde; e,
 - iv. Fundo de Previdenciário do Município;
- b. Poder Legislativo:
 - i. Câmara Municipal de Vereadores.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração da dívida flutuante, tendo em consideração as opções e premissas da legislação que afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

Bases de mensuração utilizadas:

- ✓ O Demonstrativo da Dívida Flutuante foi elaborado conforme determina o anexo XVI da Resolução TCE-PE nº 147/2021.
- ✓ Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN bem como os ajustes na estrutura para atender o ICC do TCE/PE.
- ✓ Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64.
- ✓ Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação e a moeda funcional utilizada pela entidade é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021.
NOTAS EXPLICATIVAS
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL 4320/64.
MCASP - 8ª Edição.



Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO GILDEVAN COELHO MELO, MARLEIDE INGRACIA DE CASTRO RIBEIRO, RIVALDINO REIS DE BARROS, GLEIDIANE DE SOUZA SANTOS, CLERISTON FERREIRA COSTA
 Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 7bb7f745-2218-4f0d-a491-4aa212e0d86e

Novas normas e políticas contábeis alteradas.

Não ocorreu mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação de políticas contábeis que interferissem na demonstração.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

Referências cruzadas e notas explicativas:

MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA - PE DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE							
TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	PAGTO	BAIXA CANC.	TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ. INSCR. BAIXA		
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2013	81,17	0,00	0,00	31,17	0,00	0,00	50,00
EXERCÍCIO 2014	85.622,60	0,00	0,00	7.977,57	0,00	0,00	77.645,03
EXERCÍCIO 2015	235.759,89	0,00	157.120,77	33,31	0,00	0,00	78.605,81
EXERCÍCIO 2016	1.234.019,59	0,00	380.333,95	394.007,26	0,00	0,00	459.678,38
EXERCÍCIO 2017	7.247,28	0,00	0,00	5.597,28	0,00	0,00	1.650,00
EXERCÍCIO 2018	64.409,31	0,00	0,00	52.565,42	0,00	0,00	11.843,89
EXERCÍCIO 2019	136.457,93	0,00	62.502,78	31.185,01	0,00	0,00	42.770,14
EXERCÍCIO 2020	721.163,74	0,00	415.128,25	229.589,04	0,00	0,00	76.446,45
EXERCÍCIO 2021	0,00	641.842,50	0,00	0,00	0,00	0,00	641.842,50
Sub-total	2.484.761,51	641.842,50	1.015.085,75	720.986,06	0,00	0,00	1.390.532,20
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2014	19,70	0,00	0,00	10,70	0,00	0,00	9,00
EXERCÍCIO 2015	27.750,00	0,00	0,00	27.750,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	3.287,70	0,00	0,00	3.287,70	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	38.030,00	0,00	0,00	38.030,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2020	7.650,00	0,00	4.800,00	2.850,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2021	0,00	43.863,74	0,00	0,00	0,00	0,00	43.863,74
Sub-total	76.737,40	43.863,74	4.800,00	71.928,40	0,00	0,00	43.872,74
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR							
JUROS DE CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	0,00	25.007,16	25.007,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	0,00	25.007,16	25.007,16	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	54.256,15	3.255.159,51	1.029.799,74	2.199.512,86	0,00	0,00	80.103,06
CONTRIBUIÇÃO AD RGPS	212.727,54	1.999.435,18	735.853,42	1.331.174,60	0,00	0,00	145.134,70
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	760.861,44	973.869,10	1.645.191,27	89.472,09	0,00	0,00	67,18
ISS	405.401,68	124.773,60	530.035,28	0,00	0,00	0,00	140,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	3.940,46	27.600,93	27.600,93	0,00	0,00	0,00	3.940,46
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	39.779,36	49.972,95	46.543,41	3.386,54	0,00	0,00	39.822,36
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	473,04	66.488,10	55.382,30	11.191,80	0,00	0,00	367,04
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-5.436,85	963.656,43	939.776,18	7.283,05	0,00	0,00	11.159,85
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	282.979,41	2.066,59	93.596,91	545,52	0,00	0,00	190.903,57
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	4.727,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.727,50
Sub-total	1.759.709,73	7.463.002,39	5.103.779,44	3.642.566,96	0,00	0,00	476.365,72

Restos a pagar:

- ✓ O saldo dos restos a pagar ao final do exercício foi de R\$ 1.434.404,94. A seguir será feito o desmembramento dos restos a pagar em processados e não processados. Não ocorreu a transferência de restos a pagar não processados para processados dentro do período em análise.

Restos a pagar processados:

- ✓ O saldo dos restos a pagar processado ao final do exercício foi de R\$ 1.390.532,20.

Restos a pagar não processados:

- ✓ O saldo dos restos a pagar não processado ao final do exercício foi de R\$ 43.872,74.
- ✓ Não ocorreu no exercício a liquidação de restos a pagar sem o pagamento, por isso não ocorreu a sua transferências de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidados.

Depósito de diversas origens:

- ✓ O saldo final dos depósitos foi de R\$ 476.365,72, valores retidos e que devem ser transferidos aos seus credores;

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

RESOLUÇÃO TC Nº 147, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021.
NOTAS EXPLICATIVAS
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL 4320/64.
MCASP - 8ª Edição.



Documento Assinado Digitalmente por: PEDRO GILDEVAN COELHO MELO, MARLEIDE INGRACIA DE CASTRO RIBEIRO, RIVALDINO REIS DE BARROS, GLEIDIANE DE SOUZA SANTOS, CLERISTON FERREIRA COSTA
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 7bb77f45-2218-4f0d-a491-4aa272e0d86e

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

- ✓ Não ocorreu registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

- ✓ Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este demonstrativo.

Recomendações aos Gestores e ao Controle Interno:

- ✓ Na qualidade de consultoria contábil sugerimos aos gestores, diretores de contabilidade e ao controle interno atenção especial quanto ao controle dos restos a pagar processados e não processados, bem como os valores dos depósitos de diversas origens e que afetam diretamente nas disponibilidades financeiras da entidade.

Prescrição de Restos a Pagar:

- ✓ Em atendimento ao Decreto Federal nº 20.910/32, evidenciamos que não ocorreu o registro de prescrição de relativo aos restos a pagar da entidade, conforme regras contábeis estabelecidas no MCASP.